



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



THIAGO VIEIRA OLIVEIRA

POLICIAMENTO OSTENSIVO MEDIANTE A LEI A SECA

GOIÂNIA-GO

2024

THIAGO VIEIRA OLIVEIRA

POLICIAMENTO OSTENSIVO MEDIANTE A LEI A SECA

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Thiago Rodrigues Ottoni.

GOIÂNIA-GO

2024

POLICIAMENTO OSTENSIVO MEDIANTE A LEI A SECA

OSTENSIVE POLICE THROUGH THE DRY LAW

Thiago Vieira Oliveira¹
Thiago Rodrigues Ottoni²

Resumo

O objetivo deste artigo foi examinar a importância da aplicação visível da lei em relação à lei seca. Com metodologia quantitativa, a pesquisa utilizou uma pesquisa estruturada composta por 13 questões fechadas, que foram distribuídas aos policiais militares por meio de uma plataforma de mensagens. Foram coletadas um total de 64 respostas voluntárias. As sugestões indicam que o policiamento aberto, especificamente na implementação da Lei Seca, desempenha um papel crucial na mitigação de incidentes associados ao consumo de álcool durante a condução. Através da análise dos dados, fica evidente que existe uma associação positiva entre a presença de agentes da lei nas vias públicas. Conclui-se que o policiamento ostensivo desempenha um papel crucial na aplicação eficaz da Lei Seca, a análise dos resultados sugere que a presença visível da polícia tem um impacto significativo, no entanto, é importante ressaltar que o sucesso do policiamento ostensivo depende não apenas da aplicação rigorosa da lei, mas também do estabelecimento de uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade.

Palavras-chave: Fiscalização; Lei Seca; Policiamento Ostensivo; Segurança; Trânsito.

Abstract

The objective of this article was to examine the importance of visible law enforcement in relation to dry law. With quantitative methodology, the research used a structured survey composed of 13 closed questions, which were distributed to military police officers through a messaging platform. A total of 64 voluntary responses were collected. Suggestions indicate that open policing, specifically in the implementation of Prohibition, plays a crucial role in mitigating incidents associated with alcohol consumption while driving. Through data analysis, it is evident that there is a positive association between the presence of law enforcement officers on public roads. It is concluded that overt policing plays a crucial role in the effective application of Prohibition, the analysis of the results suggests that the visible presence of the police has a significant impact, however, it is important to highlight that the success of overt policing depends not only on the rigorous application of the law, but also the establishment of a relationship of trust between the police and the community.

Keywords or Palabras clave: Oversight; Dry Law; Ostensive Policing; Security; Traffic.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: thiago.techinfor@gmail.com. Telefone: (85) 98628-5949.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Gestão em Segurança Pública e Especialista em Gestão e Normatização de Trânsito, E-mail: thiago.ottoni01@gmail.com. Telefone (62) 98538-3334.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar, sendo uma instituição mandatada pela Constituição para defender a ordem pública, tem autoridade e responsabilidade para intervir em situações de trânsito quando necessário, a fim de manter ou restaurar rapidamente a ordem pública em caso de perturbação. (Andrade; Truppel, 2014).

A implementação da Lei Seca, que visa prevenir e controlar a condução sob o efeito do álcool, necessita da presença de policiamento visível. Esta abordagem ostensiva se concentra em operações visíveis e proativas para fazer cumprir as leis de trânsito relacionadas ao consumo de álcool. Ao reforçar a presença policial de maneira intensiva em pontos estratégicos, busca-se dissuadir os motoristas de dirigirem sob influência alcoólica, protegendo vidas e promovendo a segurança viária (Andrade; Truppel, 2014).

Dessa forma, a Lei Seca, enquanto medida legislativa, requer um policiamento ativo e eficaz para garantir sua implementação e efetividade. Ao implementar uma proibição legal de beber enquanto conduz e manter uma presença policial visível e contínua durante operações específicas, o objectivo não é apenas desencorajar tal comportamento, mas também educar os condutores sobre os riscos e repercussões associados a este ato. (Nucci, 2017).

Dada esta realidade existente, a nossa intenção é abordar o problema de investigação subsequente: Como garantir uma efetiva fiscalização e aplicação da Lei Seca por meio de um Policiamento Ostensivo?

A importância de um policiamento ostensivo mediante a lei seca é respaldada pelo impacto direto que a embriaguez ao volante tem na segurança pública. Os acidentes causados por motoristas alcoolizados são uma das principais causas de mortes no trânsito, e a aplicação eficaz da Lei Seca é crucial para reduzir esses índices alarmantes (Toledo, 2021).

A aplicação ativa das leis durante a era da Lei Seca contribuiu significativamente para garantir a segurança pública e reduzir a ocorrência de acidentes relacionados com o álcool. A realização de blitz de trânsito e abordagens policiais são formas eficazes de aumentar a conscientização, e o policiamento é vital para garantir o cumprimento das leis de trânsito, especialmente a Lei Seca. A justificativa para essa estratégia reside na sua capacidade de reforçar o cumprimento das leis de trânsito, ao mesmo tempo em que sensibiliza os condutores sobre os perigos e as consequências da direção sob efeito de álcool, contribuindo assim para um tráfego mais seguro e consciente (Toledo, 2021).

Como principal objetivo é compreender e avaliar de forma abrangente a importância da aplicação visível da lei em relação à aplicação de leis secas. Em particular, o nosso foco será a avaliação da eficácia das estratégias de policiamento implementadas durante a era da Lei Seca.

Realizado como uma revisão de literatura, este estudo tem abordagem quantitativa. O artigo está dividido em três partes, começando com uma exploração dos aspectos teóricos do policiamento no contexto da lei seca. Segue-se uma explicação detalhada da metodologia utilizada e, por fim, são apresentadas e analisadas os resultados do inquérito obtido através da pesquisa de campo.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS LEIS DE TRÂNSITO NO BRASIL

Ao longo dos anos, o Brasil implementou uma série de mudanças em suas leis de trânsito, em um esforço para criar um senso de estrutura e controle nas estradas, com foco principal em garantir a segurança de cada indivíduo. Apesar destes esforços, ainda existe uma prevalência preocupante de acidentes relacionados com a condução sob o efeito do álcool, o que representa uma preocupação significativa. Todos os dias, os meios de comunicação social noticiam a trágica perda de vidas causada por esses acidentes. O que é ainda mais desanimador é o facto de uma sociedade ter ficado insensível a tais notícias, só compreendendo verdadeiramente a gravidade da situação quando é diretamente afetada por um incidente fatal.

O aumento dos crimes de trânsito hoje é um fato indiscutível, os veículos tornaram-se ferramentas de agressividade, arrogância e desequilíbrio emocional, todos os quais se refletem na direção perigosa. Um dos objetivos destas sanções é retirar do trânsito os autores desse crime. Não há nada mais adequado para o dever de um motorista do que ser cauteloso e respeitar a integridade física dos outros (Bitencourt, 2014).

Em 1910 foram inseridas no Brasil as primeiras leis de trânsito, com o início da produção de veículos automotores no século XX. Porém, somente em 1941 o primeiro Código Nacional de Trânsito foi homologado, mas foi revogado ainda no mesmo ano. Logo depois, surgiu o segundo Código Nacional de Trânsito - CTB e assim, o terceiro em 1966 aditado ao RCNT – Regulamento do Código Nacional de Trânsito, decreto de 1968. Este código esteve vigente por 30 anos e só foi revogado pelo atual Código Nacional de Trânsito CTB que entrou em vigor em 1998 (Toledo, 2021).

O desenvolvimento das regulamentações do trânsito brasileiro foi moldado por uma longa progressão histórica. A legislação inicial relativa ao trânsito foi instituída por meio do Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910. Esse decreto tinha como objetivo autorizar serviços subsidiados de transporte de passageiros e mercadorias por meio de veículos automotores, tanto dentro de um único estado quanto entre vários estados da União (Brasil, 1910).

No Brasil, existe o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que foi formulado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Este código fornece informações sobre os princípios e objetivos do sistema de transporte do país. O artigo 5º do CTB traça especificamente a definição do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

“Art. 5º O Sistema Nacional de Transportes abrange diversos órgãos e organizações governamentais nos níveis federal, estadual, do distrito federal e municipal. Seus objetivos principais incluem o planejamento, gestão, padronização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos. Além disso, é responsável pela supervisão do treinamento rodoviário, a qualificação dos motoristas e a operação do sistema. O sistema também cuida dos serviços policiais, das fiscalizações, do processo de julgamento e recurso de infrações, bem como da aplicação de deliberações” (Brasil, 1997, p. 1).

O desenvolvimento contínuo das leis de transporte brasileiras visa melhorar a eficiência dos sistemas rodoviários e a segurança geral do trânsito. O estabelecimento das regras de trânsito brasileiras remonta à Lei nº 9.503, que foi promulgada em 23 de setembro de 1997 e rompeu oficialmente em janeiro de 1998. Essa legislação enfatiza a importância de se ter uma autoridade designada, conforme descrito no artigo 7º do Código de Trânsito Brasileiro.

“Art. 7º A composição do Sistema Nacional de Transportes inclui diversas entidades e órgãos, como o Conselho Nacional de Transportes - CONTRAN, que atua como órgão coordenador e máximo regulador e consultivo do sistema. Além disso, existem o Conselho Nacional de Transportes - CETRAN e o Conselho Regional Federal de Transportes - CONTRADIFE, atuando como órgãos reguladores e entidades consultivas e coordenadoras. Por fim, o sistema é composto por órgãos de transporte federais, estaduais e regionais, além de órgãos executivos.” (Brasil, 1997, p. 2).

A principal causa dos acidentes de trânsito pode ser atribuída à falta de atenção demonstrada pelos motoristas, com destaque específico para o consumo de bebidas alcoólicas (Moleta, 2016).

De acordo com o artigo 165 da Lei nº 9.503, promulgada em 23 de setembro de 1997, as deliberações são impostas exclusivamente aos condutores que ultrapassam determinada concentração de álcool no sangue.

“Artigo 165.º Se um indivíduo conduzir um veículo sob influência de álcool, possuindo uma concentração de álcool superior a 6 decigramas por litro de sangue, ou qualquer substância que induza dependência física ou mental, cometa uma infração gravíssima. Os preconceitos para esta infração incluem multa substancial (dez vezes o valor normal) e suspensão de 12 meses do privilégio de dirigir. Além disso, serão aplicadas duas medidas administrativas: o confisco da carteira de habilitação e a apreensão do veículo, conforme regulamentação prevista no artigo 4º do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. É importante ressaltar que serão aplicadas multas duplas casos essas infrações se repetem no período de doze meses” (Brasil, 1997, p. 42).

Em 2006, a Lei nº 11.275 trouxe alterações nos artigos 165, 277 e 302, mudanças essas que não trouxeram alterações para tolerância mínima de álcool, que continuou sendo 6 decigramas por litro de sangue. Em 2008, com a Lei nº 11.705 essa tolerância deixou de ser válida (Gonçalves, 2018).

No entanto, após uma década do CTB, em 2008, surge a considerada principal mudança titulada como Lei Seca. A repressão do uso de bebidas alcoólicas na direção não era uma coisa nova, porém não era cumprida, ou seja, se viu necessário um regimento mais severo, com uma tolerância menor à ingestão de bebidas alcoólicas e uma maior fiscalização acarretada de punição com intuito de reduzir acidentes e mortes no trânsito (Gonçalves, 2018).

Promulgada em junho de 2008, a legislação conhecida como “Lei Seca” ou Lei 11.705 impõe limitações específicas aos indivíduos que dirigem veículos automotores e consomem álcool. Além disso, para mitigar a ocorrência de acidentes de trânsito, a lei proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais no Brasil (Brasil, 2008).

Por mais de dez anos, a lei encontrou em vigor e tornou-se progressivamente mais rigorosa, resultando em uma série de multas e acasos. Para determinar se um motorista está consumindo álcool, é utilizado um bafômetro, dispositivo projetado para medir o nível de álcool na corrente sanguínea.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

A tarefa crucial de manter a ordem pública e promover a segurança depende fortemente da presença e do envolvimento ativo das autoridades responsáveis pela aplicação

da lei. Quer seja em zonas urbanas ou rurais, a presença visível da polícia funciona como um elemento dissuasor, inibindo potenciais criminosos e prevenindo a ocorrência de crimes. O policiamento ostensivo permite uma resposta rápida a emergências, garantindo que as pessoas sejam imediatamente protegidas.

No texto constitucional de 1988, foi introduzido o termo “ostensivamente policial”, significando um aumento significativo na autoridade e jurisdição da Gendarmaria além do que foi delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Este termo é utilizado para descrever os membros desta força policial que podem ser facilmente reconhecidos pelo seu uniforme distinto, que exibe de forma proeminente símbolos da sua autoridade pública, tais como insígnias, equipamentos, armas e veículos (Teza, 2011).

Segundo Jacobs (2001), garantir a segurança pública é um direito fundamental que deve ser salvaguardado pelos entes estatais. A natureza dos serviços e as características específicas da entidade, a sua localização ou área determinam a prestação destes serviços de forma segura. Estes serviços desempenham um papel vital na defesa da lei e da ordem, ao mesmo tempo que servem como garantia do bem-estar social.

Na mesma linha, a Constituição do Estado de Goiás (1989) designa a Polícia Militar como uma entidade responsável pela manutenção da ordem pública, enquanto a regulação da segurança é estabelecida como uma instituição de longos dados caracterizada por uma estrutura hierárquica e disciplinar. A demonstração entre as crescentes taxas de criminalidade e vários problemas sociais é reconhecida há muito tempo, incluindo a ineficiência dos órgãos de segurança pública na prevenção do crime e a lentidão dos órgãos judiciais em emitir julgamentos rápidos e conclusivos em casos criminais (Nascimento, 2018).

Assim, como afirma Nascimento (2018), é evidente a importância da aplicação da lei como medida proativa para melhorar a prestação de serviços de segurança pública pelo Estado. Consequentemente, torna-se imperativo realizar um exame conciso da literatura existente relativa às regulamentações atuais. Este exame abrangerá uma exploração dos deveres dos vários órgãos de aplicação da lei, tais como a gendarmaria, a polícia administrativa e a polícia pública, e as suas respectivas contribuições para a prevenção de atividades criminosas.

O objetivo principal do trabalho policial em termos de prevenção gira em torno da manutenção da ordem pública, principalmente através da implementação de medidas administrativas. É crucial considerar que a polícia não se envolve no tratamento de casos criminais ou na investigação de crimes comuns, a menos que se trate de crimes militares. Conforme afirma Teza (2011), o termo “polícia” engloba todas as ações possíveis para

garantir a preservação da ordem pública, o que inclui intervenções administrativas. O objectivo final é evitar quaisquer perturbações na estrutura social existente.

Ao implementar esta abordagem, a ocorrência de atividades criminosas na comunidade será significativamente reduzida. A importância deste tipo de policiamento não pode ser exagerada, pois proporciona aos indivíduos uma sensação de segurança fundamental. A repressão, sem dúvida, é a ferramenta mais poderosa na prevenção do crime. Di Pietro (2010), afirma que o objetivo fundamental da aplicação da lei é atender aos requisitos essenciais de segurança pública que são cruciais para cada comunidade e seus residentes.

O exame desta pesquisa centra-se na utilização da aplicação da lei administrativa como estratégia para dissuadir a atividade criminosa, em conformidade com o artigo 144, parágrafo 5, da Constituição de 1988. O dever da polícia, tal como definido na Constituição, é salvaguardar a ordem pública e garantir a segurança. Este objetivo é concretizado através da execução de um policiamento público, que se distingue pela presença de agentes uniformizados, equipados com viaturas e armas de fogo.

A importância deste estilo particular de aplicação da lei não deve ser subestimada, uma vez que funciona como um poderoso elemento dissuasor para potenciais infratores. Paralelamente à sua função preventiva, o policiamento público também desempenha um papel vital na luta contra o crime, na preservação da harmonia social e na promoção da segurança geral. A eficácia desta abordagem depende da presença ativa e visível dos responsáveis pela aplicação da lei na jurisdição designada.

2.3 A FISCALIZAÇÃO DA LEI SECA PELA POLÍCIA MILITAR

Em suas atividades de controle e fiscalização de trânsito, a Polícia Militar incluiu medidas repressivas à condução de veículos que excedam o limite de consumo de álcool e promulgou a operação Lei Seca. Percebe-se que os dispositivos modificados pela Lei nº 12.760/2012 trazem novas responsabilidades à missão da Polícia Militar no âmbito do trânsito, uma vez que o principal motivo para a promulgação de tal legislação é tentar reduzir as mortes causadas por dirigir embriagado (Andrade; Truppel Filho, 2014).

A Polícia Militar, encarregada da manutenção da ordem pública de acordo com a Constituição, também tem a tarefa de fiscalizar o trânsito. Isso porque o bom fluxo do trânsito, livre de acidentes, é considerado essencial para a manutenção da ordem pública.

Na perspectiva de Andrade e Truppel Filho (2014), a Polícia Militar, como instituição mandatada pela Constituição para preservar a ordem pública, tem autoridade e obrigação de intervir em situações de trânsito quando necessário. A sua intervenção serve para manter a ordem pública e garantir o restabelecimento atempado das condições normais de trânsito.

As inspeções militares e policiais das leis de proibição do álcool são uma medida importante para reduzir o consumo de álcool durante a condução e garantir a segurança no trânsito. A Polícia Militar frequentemente conduzia batidas e operações especiais destinadas a fazer cumprir a Lei Seca. Essas operações podem ocorrer em pontos estratégicos, como estradas movimentadas e locais com histórico de acidentes relacionados ao álcool. O exame envolve a administração de um teste, geralmente chamado de teste do bafômetro. Os motoristas pode recusar a fazer um teste para verificar se estão dirigindo sob efeito de álcool (Andrade; Truppel Filho, 2014).

O Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro - CTB trata da aplicação das leis de trânsito, referindo-se especificamente às atividades desenvolvidas pela Polícia Militar. Essas atividades têm como foco a prevenção e repressão de ações que representem ameaça à segurança pública, bem como garantir o cumprimento das normas de segurança no trânsito. O objetivo final é promover o movimento desimpedido e minimizar a ocorrência de acidentes. (Brasil, 1997).

É, portanto, claro que mesmo a fiscalização do cumprimento de leis rigorosas é da responsabilidade da gendarmaria, que é responsável pelo controle do trânsito e posteriormente realiza testes para comprovar se ocorreu condução sob o efeito do álcool. Os policiais que aplicam as leis de proibição desempenham um papel vital na redução dos acidentes de trânsito relacionados com o álcool, na promoção da segurança rodoviária e na sensibilização dos condutores para a importância de não conduzir sob a influência de substâncias psicoativas.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi utilizada uma abordagem quantitativa de revisão de literatura, com foco específico em policiais militares. A pesquisa está prevista para ser realizada de novembro de 2023 a março de 2024, abrangendo uma análise abrangente de artigos científicos e doutrinas pertinentes à Polícia Militar. Esses recursos são acessíveis através de uma plataforma online.

O questionário centrou-se na importância de adesão a um quadro jurídico específico e de garantir a transparência na aplicação da lei. Para coletar as respostas, será gerado um questionário digital por meio da plataforma *Google Forms* (ver Anexo B) e divulgado entre os policiais militares da unidade. Posteriormente, os dados coletados serão organizados em tabelas e gráficos para fins analíticos.

A perspectiva de Gil (2006), sobre a pesquisa quantitativa afirma que ela opera sob a indicação de que todas as variáveis podem ser medidas, possibilitando a proteção de dados em forma numérica para posterior categorização e análise. Uma vez coletados os dados, as respostas são compiladas, tabuladas e examinadas usando frequências absolutas, relativas e percentuais. Essas descobertas são então apresentadas em tabelas e gráficos, melhorando a compreensão e facilitando a identificação de padrões e tendências tanto para pesquisadores quanto para leitores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

Durante o período de janeiro a fevereiro de 2024, um grupo de 33 indivíduos recebeu, cada um, um questionário personalizado criado nos Formulários do Google. Os participantes responderam e enviaram facilmente as suas respostas ao questionário, que foram limitadas através de um link partilhado através de uma plataforma de mensagens instantâneas.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variáveis	n	%
Graduação		
Soldado	37	57,8
Cabo	0	0
1º Sargento a 3º Sargento	20	31,3
Subtenente	4	6,3
Oficial	1	1,6
2º Tenente a 1º Tenente	2	3,1
Capitão/ Major	0	0
Tenente Coronel/ Coronel	0	0
Sexo		
Masculino	57	89,1
Feminino	7	10,9
Tempo de serviço na PM		
01-05 anos	34	53,1
06-10 anos	4	6,3
11-20 anos	6	9,4
21-30 anos	20	31,3

Tipo de Atividade na PMGO		
Administrativa	9	14,1
Operacional	55	85,9

Legenda: n = quantidade da amostra.
 Fonte: Elaborada pelo Autor (2024).

A composição do grupo amostral em relação à Polícia Militar está minuciosamente delineada na Tabela 1, que inclui informações pertinentes como escolaridade, sexo, tempo de serviço e tipo de atividade. A maioria dos participantes da amostra são militares, compreendendo 57,8% do grupo, seguidos de 1º a 3º Sargentos com 31,3%, e um percentual menor de Subtenentes com 6,3%. Em termos de gênero, a maioria dos participantes é do sexo masculino, constituindo 89,1% da amostra. Ao analisar o tempo de serviço na Polícia Militar, a maior parcela dos participantes tem serviço entre 1 e 5 anos, representando 53,1%, enquanto aqueles com 21 a 30 anos de serviço representam 31,3%. Em relação ao tipo de atividade exercida na Polícia Militar, a maioria dos participantes exerce atividades operacionais, totalizando 85,9%, enquanto um segmento menor está envolvido em tarefas administrativas, totalizando 14,1%. Esses dados abrangentes fornecem eficiência uma visão geral da composição do grupo de amostra e oferecem informações úteis.

4.2 ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS OPERAÇÕES DE POLICIAMENTO APLICADAS À LEI SECA

Tabela 2 - Você acredita que o policiamento ostensivo é eficaz na prevenção de crimes.

Classificação	n	%
Sim	64	100
Não	0	0
Total	64	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os resultados do inquérito, conforme apresentados na Tabela 2, demonstram um consenso unânime entre todos os participantes relativamente à eficácia do policiamento ostensivo na dissuasão de crimes. Um retumbante 100% dos entrevistados expressaram a sua crença na eficácia desta abordagem, com um igualmente impressionante 0% a expressar qualquer forma de desacordo.

Esses resultados sugerem um consenso entre os entrevistados de que o policiamento ostensivo desempenha um papel importante na prevenção de crimes, conforme percebido pela amostra pesquisada.

O combate à lei seca pela polícia envolve a implementação de operações de fiscalização e patrulhamento para identificar e deter motoristas sob a influência de álcool. Essas ações visam não apenas aplicar penalidades, mas também conscientizar sobre os perigos da condução sob efeito de álcool, promovendo assim a segurança viária (Jesus, 2020).

Tabela 3 - O policiamento ostensivo durante a aplicação da Lei Seca é eficaz na redução de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de álcool.

Classificação	n	%
Sim	62	96,9
Não	2	3,1
Total	64	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

De acordo com Tabela 3, A reflexão dos resultados da pesquisa sobre a eficácia do policiamento ostensivo durante a aplicação da Lei Seca na redução de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de álcool. Dos participantes, 96,9% indicaram que acreditam na eficácia dessa abordagem, enquanto apenas 3,1% expressaram uma opinião contrária. Esses dados sugerem um forte apoio à ideia de que o policiamento ostensivo desempenha um papel significativo na redução de acidentes de trânsito causados pelo consumo de álcool durante a aplicação da Lei Seca.

O policiamento ostensivo desempenha um papel crucial na redução da embriaguez ao volante, através de patrulhas regulares e fiscalização rigorosa das leis de trânsito. Sua presença visível nas vias não apenas dissuade os motoristas de dirigir sob efeito de álcool, mas também promove uma cultura de responsabilidade, aumentando a segurança nas estradas (Jesus, 2020).

Tabela 4 -Você já participou de operações de fiscalização da Lei Seca que resultaram na detenção de indivíduos que estavam dirigindo alcoolizados.

Classificação	n	%
Sim	36	56,2
Não	28	43,8
Total	64	100

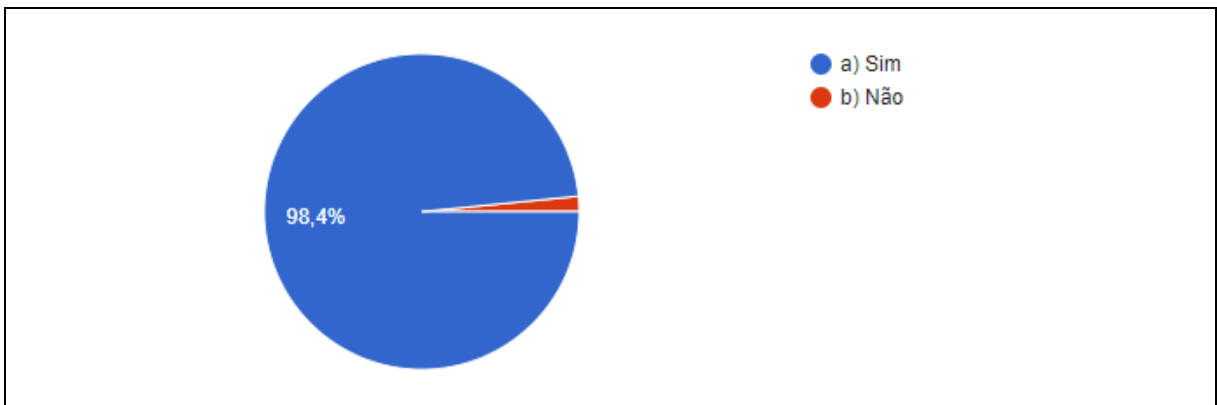
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Conforme a Tabela 4, revela os resultados de uma pesquisa sobre a participação em operações de fiscalização da Lei Seca que levaram à detenção de indivíduos dirigindo alcoolizados. Dos participantes, 56,2% afirmaram ter participado dessas operações, enquanto

43,8% relataram não ter participado. Esses dados sugerem uma significativa experiência entre os entrevistados na aplicação da Lei Seca em casos de embriaguez ao volante.

A detenção de indivíduos dirigindo alcoolizados é uma medida crucial para garantir a segurança viária, promovendo a responsabilidade e prevenindo potenciais acidentes graves. Essa ação não apenas cumpre a lei, mas também salva vidas ao retirar motoristas sob a influência de álcool das ruas (Jesus, 2020).

Gráfico 1: O policiamento ostensivo durante a Lei Seca contribui para uma maior segurança viária e proteção da vida dos cidadãos.

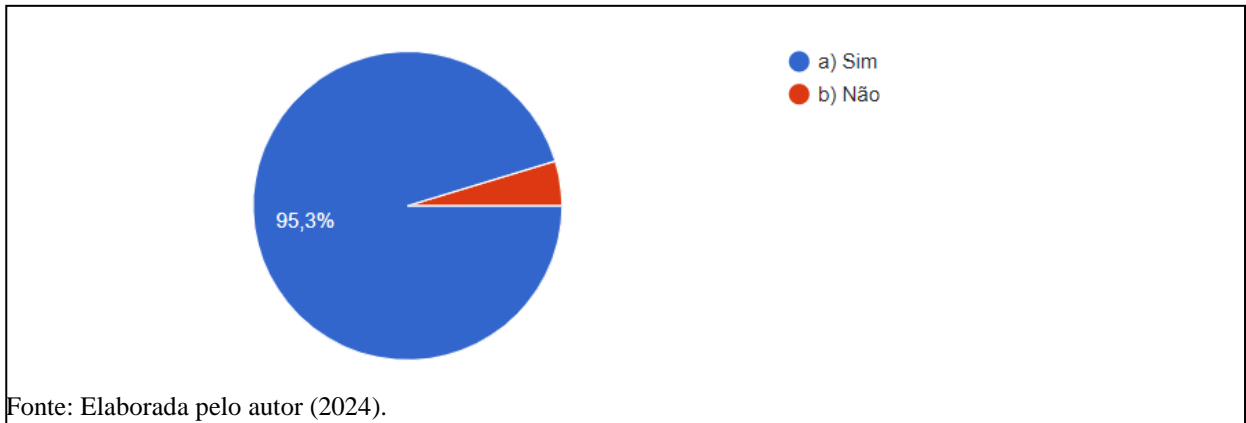


Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Conforme o gráfico 1, ilustra a percepção sobre o policiamento ostensivo durante a Lei Seca e a contribuição para uma maior segurança viária e proteção da vida dos cidadãos. Dos entrevistados, 98,4% concordam que essa medida aumenta a segurança nas estradas, enquanto apenas 1,6% expressaram opinião contrária. Isso reflete um forte consenso em favor do policiamento ostensivo como uma ferramenta eficaz na proteção da vida dos cidadãos durante a aplicação da Lei Seca.

De acordo com Jesus (2020), o policiamento ostensivo desempenha um papel fundamental na proteção viária, garantindo o cumprimento das leis de trânsito e promovendo um ambiente seguro nas estradas atuando como um elemento dissuasor, desencorajando comportamentos imprudentes e promovendo o respeito às normas de trânsito, o que resulta em um ambiente viário mais seguro para todos os usuários das vias públicas. Sua presença contínua e vigilante é essencial para prevenir acidentes e preservar vidas.

Gráfico 2: Você acha que o policiamento ostensivo durante a Lei Seca desencoraja os motoristas de consumirem álcool antes de dirigir.



O Gráfico 2 mostra a percepção sobre o policiamento ostensivo durante a Lei Seca e o desencorajamento dos motoristas em consumirem álcool antes de dirigir. Dos participantes, 95,3% acreditam que essa medida desencoraja o consumo de álcool antes de dirigir, enquanto apenas 4,7% discordam dessa afirmação. Isso sugere um amplo reconhecimento da eficácia do policiamento ostensivo na dissuasão do consumo de álcool antes de assumir o volante durante a Lei Seca.

Ao cumprir a Lei Seca, a polícia desempenha um papel crucial na dissuasão dos condutores de consumo de bebidas alcoólicas, aumentando eficazmente a conscientização sobre os perigos e as repercussões da condução sob o efeito do álcool. Esta abordagem proativa contribui significativamente para a diminuição dos acidentes e aumenta a segurança rodoviária global, salvaguardando, em última análise, a vida de todos os indivíduos que utilizam as vias públicas.

Tabela 5 - A fiscalização rigorosa da Lei Seca por meio do policiamento ostensivo é essencial para manter a ordem e a tranquilidade nas vias públicas.

Classificação	n	%
Sim	62	96,9
Não	2	3,1
Total	64	100

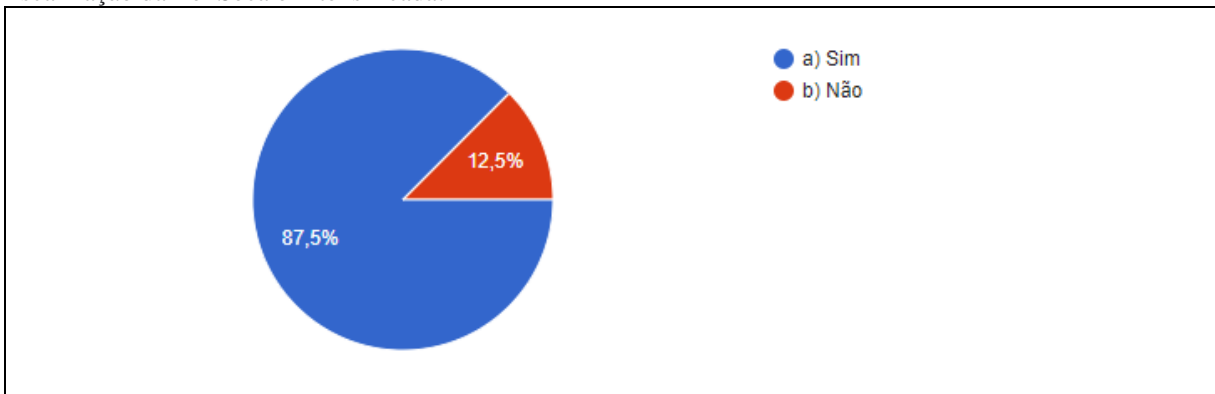
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os dados apresentados na Tabela 5 apresentam os resultados de um inquérito realizado para avaliar o sentimento público relativamente à importância da aplicação rigorosa da Lei Seca através de uma aplicação visível da lei, com o objetivo de manter a ordem e a serenidade nas vias públicas. Surpreendentemente, 96,9% dos participantes concordam que esta forma de supervisão é indispensável, enquanto apenas 3,1% defendem um ponto de vista contrário. Esses números ilustram inequivocamente o apoio generalizado à ideia de que o policiamento

proativo desempenhou um papel fundamental na promoção da segurança e da estrutura nas ruas durante a era da Lei Seca.

O papel crucial de manter a segurança e a paz nas vias públicas é grandemente influenciado pela implementação de medidas de fiscalização eficazes, especialmente em tempos como a Lei Seca. Estas medidas servem para dissuadir ações perigosas, como conduzir um veículo embriagado, e garantir o cumprimento das regras de trânsito. Como resultado, contribuem ativamente para a prevenção de acidentes e promovem uma sensação de segurança entre aqueles que utilizam as estradas (Fukassawa, 2015).

Gráfico 3: Você já testemunhou uma diminuição nos índices de acidentes de trânsito em áreas onde a fiscalização da Lei Seca é intensificada.

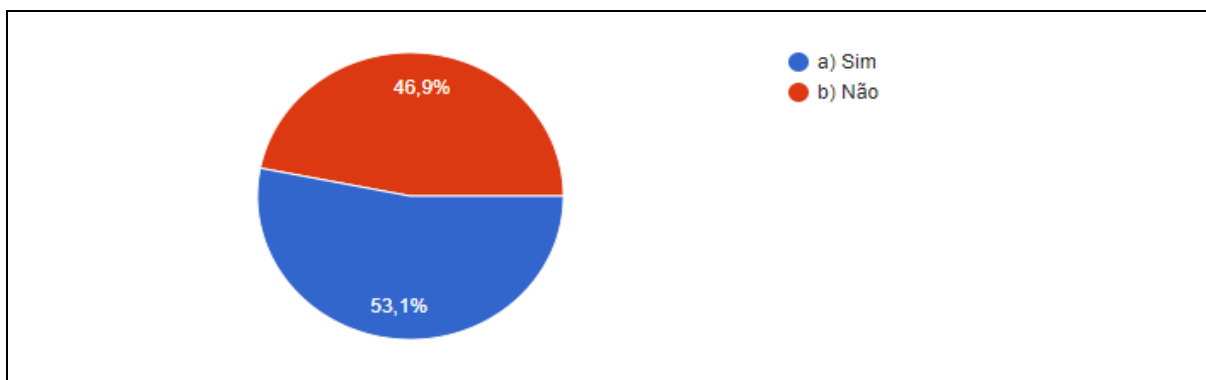


Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Conforme o Gráfico 3, a percepção sobre se houve uma diminuição nos índices de acidentes de trânsito em áreas onde a fiscalização da Lei Seca é intensificada. Dos participantes, 87,5% afirmaram já ter testemunhado essa redução, enquanto 12,5% relataram não ter observado tal diminuição. Isso sugere um reconhecimento significativo da eficácia da intensificação da fiscalização da Lei Seca na prevenção de acidentes de trânsito.

De acordo com Fukassawa, 2015, a intensificação da fiscalização, resulta em uma redução significativa nos índices de acidentes de trânsito. Essa diminuição não apenas reflete a eficácia das medidas de fiscalização, mas também contribui para a proteção dos usuários das vias, promovendo uma condução mais segura e responsável.

Gráfico 4: Você já recebeu treinamento específico sobre como realizar a fiscalização da Lei Seca de forma eficaz e segura.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O Gráfico 4 apresenta a distribuição dos participantes em relação ao recebimento de treinamento específico sobre como realizar a fiscalização da Lei Seca de forma eficaz e segura. Dos participantes, 53,1% afirmaram ter recebido esse treinamento, enquanto 46,9% relataram não ter recebido. Isso indica que uma parcela significativa dos entrevistados recebeu capacitação específica para a execução dessa fiscalização.

O treinamento eficaz dos policiais para a fiscalização da Lei Seca é crucial para garantir a aplicação consistente e segura da lei. Esse treinamento deve abranger aspectos técnicos, legais e comportamentais, capacitando os policiais para identificar sinais de embriaguez, conduzir testes de alcoolemia de forma precisa e lidar adequadamente com situações desafiadoras durante abordagens. Além disso, a formação contínua e o apoio psicológico são essenciais para enfrentar os desafios emocionais associados à aplicação dessa importante medida de segurança viária.

Conforme constatado, observa-se os seguintes resultados, além do treinamento técnico e legal, é essencial proporcionar aos policiais uma compreensão abrangente dos impactos sociais e individuais do consumo de álcool associado à direção, incentivando uma abordagem empática e educativa durante as interações com os motoristas.

A formação contínua, simulações de situações reais e o acesso a recursos de apoio psicológico são fundamentais para garantir que os policiais estejam preparados não apenas para realizar a fiscalização de maneira eficaz, mas também para lidar com as complexidades e desafios emocionais inerentes a essa responsabilidade. Através de um treinamento abrangente e uma abordagem holística, os policiais podem desempenhar um papel crucial na prevenção de acidentes relacionados ao consumo de álcool, protegendo assim a segurança e o bem-estar da comunidade.

5 CONCLUSÃO

Este estudo ressalta a importância do policiamento ostensivo na aplicação eficaz da Lei Seca e na promoção da segurança viária, reiteramos a importância do policiamento ostensivo como uma ferramenta crucial na aplicação da Lei Seca e na promoção da segurança viária.

Destacou a eficácia da presença policial visível nas vias públicas na redução de incidentes relacionados ao consumo de álcool, como infrações e acidentes de trânsito. No entanto, é fundamental reconhecer que o sucesso do policiamento ostensivo depende não apenas da aplicação da lei, mas também do estabelecimento de uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade. Isso exige abordagens que priorizem o diálogo, a educação e a conscientização, além da fiscalização.

Além disso, é necessário enfatizar a importância de medidas complementares, como campanhas de prevenção e programas de apoio, para abordar efetivamente os problemas subjacentes ao consumo de álcool no trânsito e promover uma cultura de segurança viária.

Portanto, concluímos que a implementação eficaz do policiamento ostensivo, em conjunto com esforços de prevenção e conscientização, é essencial para promover a segurança nas estradas e reduzir os riscos associados ao consumo de álcool no trânsito. É essencial que as autoridades e a sociedade continuem a colaborar para enfrentar esses desafios e criar um ambiente viário mais seguro para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vinicius; TRUPPEL, José Onildo. **Policiamento e Fiscalização do Trânsito Urbano: Uma Análise do Papel das Polícias Militares**. São Paulo: Revista Ordem Pública e Defesa Social, 2014.

BITENCOURT, Cezar. **Tratado de Direito Penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 15 Jan. 2024.

BRASIL. **Constituição do Estado de Goiás de 1989**. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/17142#:~:text=Art.,seu%20hino%20e%20suas%20armas>. Acesso: 15 Jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910**. Aprova o regulamento para o serviço subvencionado de transportes por automóveis.

BRASIL. **Lei nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm. Acesso: 15 Jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008.** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111705.htm. Acesso: 15 Jan. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito administrativo.** São Paulo: Atlas, 2010.

FUKASSAWA, Fernando. **Crimes de trânsito:** Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, alterada até a Lei nº 12.971, de 09 de maio de 2014. São Paulo: APMP - Associação Paulista do Ministério Público, 2015.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial:** crimes hediondos drogas terrorismo tortura armas de fogo contravenções penais - crimes de trânsito. São Paulo: Saraiva, 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JESUS, Damásio. **Crimes de trânsito anotações à parte criminal do código de trânsito.** São Paulo: Saraiva, 2020.

MOLETA, Paulo. **As principais causas de acidentes de trânsito.** São Paulo: Saraiva, 2016.

NASCIMENTO. Nélio Reis. **Policimento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos.** São Paulo: Revista Eletrônica Casa de Makunaima, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal: parte geral.** Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TEZA, Marlon Jorge. **Temas de Polícia Militar:** novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública. Florianópolis: Darwin, 2011.

TOLEDO, Adriane. **História da legislação de trânsito.** Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO

1) Qual é a sua graduação?

- a) Soldado
- b) Cabo
- c) 3º Sargento a 1º Sargento
- d) Subtenente
- e) Aspirante a Oficial
- f) 2º Tenente a 1º Tenente
- g) Capitão/ Major
- h) Tenente Coronel/ Coronel

2) Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

3) Há quanto tempo você está na polícia militar?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) 21 a 30 anos

4) Qual seu ambiente de Trabalho?

- a) Administrativo
- b) Operacional

5) Você acredita que o policiamento ostensivo é eficaz na prevenção de crimes?

- a) Sim
- b) Não

6) O policiamento ostensivo durante a aplicação da Lei Seca é eficaz na redução de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de álcool?

- a) Sim
- b) Não

7) Você já participou de operações de fiscalização da Lei Seca que resultaram na detenção de indivíduos que estavam dirigindo alcoolizados?

- a) Sim
- b) Não

8) O policiamento ostensivo durante a Lei Seca contribui para uma maior segurança viária e proteção da vida dos cidadãos?

- a) Sim
- b) Não

9) Você acha que o policiamento ostensivo durante a Lei Seca desencoraja os motoristas de consumirem álcool antes de dirigir?

- a) Sim
- b) Não

10) A fiscalização rigorosa da Lei Seca por meio do policiamento ostensivo é essencial para manter a ordem e a tranquilidade nas vias públicas?

- a) Sim
- b) Não

11) Você já testemunhou uma diminuição nos índices de acidentes de trânsito em áreas onde a fiscalização da Lei Seca é intensificada?

- a) Sim
- b) Não

12) Você já recebeu treinamento específico sobre como realizar a fiscalização da Lei Seca de forma eficaz e segura?

- a) Sim
- b) Não

13) Você gostaria de fornecer sugestões ou comentários adicionais sobre o policiamento ostensivo mediante a lei a seca?